

Um Enclave às Avessas: Favela do Moinho e o Muro da Vergonha

Breilla Zanon¹

Resumo

A Favela do Moinho é um exemplo vivo de como se deram as transformações do espaço urbano e público na cidade de São Paulo – SP. Além de representar um caso de segregação espacial e social, e também de resistência, a Favela do Moinho nos permite pensar o quanto a democratização dos acessos e direitos a cidades se deu inversamente à concepção de vida pública por parte das classes médias e altas. As mudanças ocorridas nas grandes cidades podem se revelar contraditórias aos ideais modernizantes que a princípio preconizavam seus projetos. Por meio dessa análise de enclaves urbanos, traremos questionamentos e problematizações a respeito do pensamento público e privado que permeiam e dão tom à cidadania nas grandes cidades do Brasil contemporâneo.

Palavras chave: Favela do Moinho; enclaves; urbanização; democratização; movimentos políticos.

Abstract

The Moinho Slum is an alive example of how urban and public space's transformations have occurred in the city of São Paulo-SP. Beyond a case that represents spatial and social segregation, and resistance as well, the Moinho Slum allows us to think about how the democratization of accesses and rights to cities occurred inversely to the design of public life by the middle and upper classes. The changes that have occurred in big cities can be contradictory revealed against the modern ideals which were professed on their projects in a first moment. Through this urban enclaves analysis we will bring questions and problematizations about the public and private thought which permeate and give tone to the citizenship in the contemporary Brazil's big cities.

Keywords: Moinho Slum; enclaves; urbanization; democracy; political movements.

¹ Estudante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Uberlândia.

Introdução: Diferença, socialidade e cidade

As cidades e as transformações decorrentes dos seus processos de urbanização nos revelam a trajetória do desenvolvimento da modernidade. Mostram evoluções estéticas e territoriais — fatores que ganham privilégio, a princípio, aos olhos deslumbrados e desacostumados daqueles que veem na cidade apenas a suntuosidade de suas mudanças através do tempo. Capitais e metrópoles carregam em si o poder de encantar e encarnar os sonhos de milhares de indivíduos que nelas aportam a fim de conquistar as glórias e os sucessos incessantemente publicizados e mediatizados. Assim, principalmente a partir do século XX, os grandes centros populacionais passaram a abarcar em seus territórios a esperança de chances reais e ideais de conquistas em um mundo cada vez mais absorto pela ideologia do acúmulo financeiro como progresso.

Não queremos enaltecer as virtudes já alcançadas dos territórios onde a modernização ditou o progresso. Temos interesse em levantar situações que mostram como esse processo de mudança contribuiu igualmente para a transformação social dessas localidades, transformações essas que resultam, na maioria das vezes, em exclusão social como prática necessária para confecção do próprio ideal desenvolvimentista que é guiado principalmente por modelos europeus de cidade moderna em conjunção com os interesses e lógicas de uma sociedade cada vez mais voltada para o consumo e a individualidade.

O nosso olhar recairá sobre a cidade de São Paulo. Não visamos aqui estabelecer uma revisão histórica de suas construções espaciais e sociais, mas pretendemos estabelecer o diálogo com esses momentos visando compreender as dinâmicas e interesses que dão o tom para as práticas de segregação social na metrópole em

dias atuais. Teremos como foco uma região específica da cidade de São Paulo, a Favela do Moinho, a última situada no centro da cidade. Nosso objetivo é desenvolver uma relação entre as barreiras construídas nos condomínios fechados de classes média e alta, e o muro erguido ao longo das habitações da favela. Segurança para uns, segregação para outros, o enclave fortificado que, a exemplo dos condomínios, protege os moradores da insegurança e imprevisibilidade do ambiente público, na Favela do Moinho serve para isolar e delimitar a mobilidade de uma população que carece não só do direito à cidade, mas de condições básicas para a manutenção de seu cotidiano.

Privatização para uns, privação para outros. Tomamos a situação da Favela do Moinho como um enclave às avessas, pois diferente dos muros dos condomínios que estabelecem áreas privadas a fim de trazer proteção e comunhão entre iguais (financeiramente falando), veremos que o

Muro da Vergonha, construído no meio da favela, tem como objetivo privar seus habitantes da mobilidade em áreas onde o interesse é o da valorização imobiliária. Ademais, o muro também os priva dos olhos de uma classe abastada que circula pela área central da cidade, pondo à margem — escondidos atrás do concreto — homens, mulheres e crianças, por serem incapazes de compreender os processos pelos quais a cidade e a sociedade em linhas gerais, vêm passando. Por isso, entendemos que focar na trajetória do espaço e da condição em que se encontra a favela ilustrará e nos auxiliará a entender objetivamente as transformações sofridas na maioria dos bairros centrais de São Paulo, bem como as causas, as características e os sentidos dessas transformações e os possíveis produtos que esse processo pode vir a estabelecer não só ao espaço físico, mas principalmente aos habitantes da área.

Trazemos aqui uma breve análise, aberta a progressões, tendo como base autores como Michel Foucault, Teresa Caldeira, Heitor Frúgoli — os quais nos ajudarão a revelar as nuances do desenvolvimento urbano e social nas cidades onde a modernização se instala — em diálogos pontuais com Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza e Giorgio Agamben, os quais nos auxiliam no pensamento sobre as novas categorizações de segregação social sem deixar de estabelecer conexões com o imaginário que serve de suporte para sua construção e desenvolvimento. O contato entre esses autores nos servirá de alicerce para refletirmos de maneira sensível sobre o espaço físico de uma cidade de multidões, pautada por preceitos da modernidade, e, portanto, democráticos, mas que segrega socialmente uma parcela considerável de indivíduos, conforme o decorrer dos interesses que almeja, reconfigurando de maneira específica não só a ideia de espaço público, mas também

as regras e condutas de sociabilidade na cidade, bem como o pensamento político de seus cidadãos.

A metrópole em transformação: fatores que produzem muros

O processo de ocupação que originou a Favela do Moinho, e posteriormente, o Muro da Vergonha, trata-se de uma situação muito interessante e exemplar para entendermos os percursos em que se deu o desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, suas políticas de habitação, determinação de espaço público e privado, distribuição populacional e pensamento políticos, antagonismos, relações de poder e resistências em meio à condução da urbanização.

Para darmos início à análise, é necessário que antes tomemos como pressuposto algumas das dinâmicas articuladas durante a construção da capital paulista como centro inicialmente de negócios, onde ocorream as principais transações financeiras da elite

cafeieira, e sua posterior transformação em lócus industrial e financeiro. É importante visualizarmos tanto a construção desses cenários como seus arranjos e decadências, os quais, em grande parte, são fruto das relações de poder econômico de cada época. Essas situações refletiram diretamente na transformação do espaço físico — tanto habitacional quanto público — e social da cidade. Dessa forma, estamos de acordo com Foucault (2008:5), quando o autor, diz que

[...] a análise dessas relações de poder pode, é claro se abrir para, ou encetar algo como a análise global de uma sociedade. A análise desses mecanismos de poder também pode se articular, por exemplo, com a história das transformações econômicas. [...] essa análise tem, no meu entender, o papel de mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta. (Foucault, 2008:5)

É importante colocarmos em evidência as transformações pelas quais a cidade de São Paulo passa ao longo de sua formatação como metrópole brasileira. Do final do século XIX até meados da década de 40 do século XX, a cidade se encontrava concentrada principalmente nas áreas centrais, contando ainda com uma pequena área urbana, principalmente povoada pelas camadas de melhor condição financeira e social.

“No início do século, o centro tradicional constituía um local de consumo, comércio e negócio da elite”, local seleto onde convergiam “políticos, jornalistas, acadêmicos. Comerciantes, excursionistas, que formavam às portas das lojas diversos grupos, onde discutem os mais variados assuntos” (Frúgoli, 1995:21). No entanto, esse cenário começa a sofrer mudanças.

É nas primeiras décadas do século XX que São Paulo começa a expandir suas fronteiras, levando assim a um consequente crescimento da especulação imobiliária (Frúgoli, 1995:22). A

segregação espacial que antes era expressa apenas pela construção das moradias passa a ser evidenciada em termos territoriais, e isso se deve à expansão das fronteiras que, por sua vez, se deu muito em consequência do aumento populacional (Caldeira, 2000:214). Dessa forma, São Paulo já poderia ser considerada nesse período um espaço cosmopolita e culturalmente diversificado, contando com a presença de imigrantes, trabalhadores urbanos advindos do fim da escravidão e da decadência da produção cafeeira, e migrantes, brasileiros vindos de regiões mais afastadas em busca dos benefícios que a cidade grande prometia lhe proporcionar.

Fatores derivados das migrações e imigrações contribuíram também como componentes para a formação de condições que resultaram em desigualdade econômica e, consequentemente, segregação socioespacial. Frúgoli (1995:28-31) nos ajuda a compreender como esse processo de ex-

pansão populacional ocorre em paralelo e, de certa forma, influencia no processo de “degradação urbana” da região central.

A partir das primeiras décadas do século XX, São Paulo passou por uma intensa expansão de suas fronteiras. (...) Entre 1914 e 1930 passa-se a verificar um “retalhamento da terra na área suburbana e rural de São Paulo”, com expansão considerável da área urbana sob o comando da especulação imobiliária. (...) Em vez dos cortiços alugados, passou a predominar como principal possibilidade de moradia a casa própria situada na periferia, construída quase sempre por eles mesmos, em pequenos grupos ou “mutirões”. (...) Por isso, enquanto a cidade expandia suas fronteiras de forma desordenada, boa parte de dentro da cidade foi passando por um rápido processo de diversificação de funções, sofrendo uma gradativa deterioração urbana, com estagnações no ritmo de novas edificações, queda no seu uso habitacional com o afastamento de parte de sua população para outros bairros, encortiçamento, proliferação do pequeno comércio informal, aumento da violência urbana (delinquência, assaltos etc.), prostituição, miséria etc. (Frúgoli, 1995:

29-30)

Medidas para a transformação do espaço e modificação dos padrões de moradia até então estabelecidos no centro da cidade surgiram, em grande parte, pela preocupação das elites locais em relação à higiene e à saúde. Essas elites viam no aumento da concentração de pessoas que se instalavam no centro, um prejuízo aos padrões de convivência da burguesia, associando tal situação ao aumento de doenças e criminalidade na área (Frúgoli, 1995:35). A diferenciação não poderia mais ser apenas simbólica, ou seja, pelo padrão da construção das moradias; ela deveria ser agora espacial. Assim, a abertura de ruas e avenidas e o lançamento dos ônibus nessas vias vieram permitir que a população menos abastada pudesse garantir a casa própria em locais mais distantes, porém acessíveis financeiramente, sendo que agora contavam com linhas de transporte público.

Na década de 1970, uma nova transformação socioespacial começa a acontecer. Da concentração no centro para o distanciamento periférico, a possibilidade da casa própria permitiu também a politização dos moradores de periferia. A partir do engajamento de seus habitantes na construção de suas próprias casas e das reivindicações, a fim de garantir o atendimento de serviços primordiais para a habitação, movimentos sociais passam a emergir. Nota-se que essa ação política e o engajamento dos moradores da periferia na luta por melhorias das condições habitacionais desencadearam um aumento da participação política — motivada pelos próprios movimentos envolvidos — no que diz respeito à arena da democracia. Essa participação passa a resultar em melhoramentos na qualidade de vida da periferia de maneira geral (Caldeiras, 2000: 237-239).

Nos anos 1980, essa transformação da periferia mostra seus resultados. A crise econômica que acontece nesse

período diminui a renda salarial da população brasileira de maneira geral. Morar em locais periféricos passa a ser mais atrativo, tanto pelo baixo custo da área, quanto pela melhoria na infraestrutura que esses locais haviam sofrido mediante as ações políticas de seus moradores. Mas devemos salientar que o aspecto essencial, responsável por guiar essa reconfiguração do mapa populacional no espaço urbano – que é decorrente do deslocamento das classes médias e altas para periferia –, se deu pela vontade de diferenciação dessas classes em relação às classes populares que passaram a ocupar intensamente as áreas centrais. A popularização do centro acontece em virtude da busca por oportunidades na área central, bem como ao acesso de seus equipamentos públicos, uma vez que com a crise da época, opções de trabalho — principalmente informais — eram mais facilmente encontradas no centro (Frúgoli, 1995:35).

Assim, ao mesmo passo que esses fatores levam as classes médias a se instalar nas regiões periféricas, expulsam seus antigos moradores, também afetados pela crise econômica, mas que, por sua vez, detinham menos possibilidades de recuperação.

A expansão populacional e a consequente fragmentação dos espaços devido às diversidades culturais e socioeconômicas serviram de substrato para o aumento das desigualdades produzidas e expressas no espaço urbano. Essas desigualdades se tornam visivelmente contrastantes principalmente a partir da década de 1990 e, com o passar dos anos, se espalham mais drasticamente.

A São Paulo do final dos anos 1990 é mais diversa e fragmentada do que era nos anos 1970. Uma combinação de processos, alguns deles semelhantes aos que afetaram outras cidades, transformou o padrão de distribuição de grupos sociais e atividades através da região metropolitana. São Paulo continua a ser altamente segregada, mas as desigualdades sociais são agora produzidas e inscritas no espaço

urbano de modos diferentes. A oposição centro-periferia continua a marcar a cidade, mas os processos que produziram esse padrão mudaram consideravelmente, e novas forças já estão gerando outros tipos de espaços e uma distribuição diferente das classes sociais e atividades econômicas. São Paulo hoje é uma região metropolitana mais complexa, que não pode ser mapeada pela simples oposição centro rico *versus* periferia pobre. Ela não oferece mais a possibilidade de ignorar as diferenças de classes; antes de mais nada, é uma cidade de muros com uma população obcecada por segurança e discriminação social. (Caldeira, 2000:231)

É dentro desse cenário contemporâneo, descrito por Caldeira (2000), que passaremos a inserir nossa análise sobre o caso da Favela do Moinho e o Muro da Vergonha.

Da primeira área de elite à última favela do centro: a Favela do Moinho

Os anos seguintes à década de 1990 nos revelam que as transformações

ocorridas na cidade de São Paulo são resultados de uma combinação de processos econômicos e sociais. O que ocorre em São Paulo, a partir de então, é a disseminação de locais privados, principalmente os condomínios fechados, transformando o viver entre muros em um ideal capaz de garantir segurança, privacidade e a possibilidade de viver entre iguais, seja em zonas mais afastadas ou centrais. De acordo com Souza (2008),

O medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil (...) e se faz presente, hoje, em qualquer cidade. (Souza, 2008, p. 9)

Os enclaves fortificados, como classifica Caldeiras (2000:254-255), configuram uma nova maneira de organização espacial dos grupos sociais, baseados na discriminação social e na

classificação econômica. “Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle” (Caldeira, 2000:255). Como observa a autora, a criação de barreiras de segregação social pode ser compreendida como uma reação à ampliação do processo democrático. Por isso, espaços como os enclaves aparecem como forma de manter espaços privados, distantes daqueles que “acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos, com plenos direitos de se envolver na construção do futuro e da paisagem da cidade” (Caldeira, 2000:255).

Visualizamos que, quanto mais se abriu e abre espaço para discurso da democracia — e do pensamento liberal — e do acesso ao direito à cidade, mais se disseminam, estimulam, produzem mecanismos materiais e simbólicos de diferenciação e discriminação, sob a forma de mecanismos e estratégias de segurança.

Enquanto o poder disciplinar isola territórios, impedindo-lhes a passagem, as medidas de segurança levam a uma abertura e à globalização; enquanto a lei quer prevenir e regular, a segurança intervém através de processos contínuos, com o fim de dirigi-los. Em poucas palavras, a disciplina quer produzir ordem, a segurança quer regular a desordem. Como as medidas de segurança podem funcionar somente dentro de um contexto de liberdade de tráfego, comércio e iniciativa individual, Foucault mostra que o desenvolvimento da segurança acompanha as ideias do liberalismo. (Agamben, 2001:1)

Os enclaves fortificados, a exemplo dos condomínios fechados, trouxeram uma perspectiva nova ao conceito de cidade, em que o espaço público passa a ser considerado como um espaço a ser esvaziado cada vez mais pelas classes média e alta por ser um local onde a heterogeneidade perpassa por todos os ângulos. No seu lugar aparecem espaços privados de convívio público, no entanto, um

público seletivo. A segurança e o distanciamento em relação ao outro, diferente economicamente, passam a ser ideais perseguidos por uma parcela considerável da população de classes média e alta. Os enclaves trazem para essas classes a oportunidade de um universo exclusivo, sem que sejam necessários a integração ou o sentimento comunitário, prevalecendo, apesar da sensação de igualdade que pretende instalar, a exaltação do privado (Caldeira, 2000:257-275). É em consequência dessas condições que Agamben (2001: 1) é certo em considerar que “a longo prazo, as medidas de segurança são irreconciliáveis com a democracia”.

O centro da cidade passa a ser um local pouco utilizado pelas classes mais abastadas, uma vez que essas agora encontram todas as comodidades relativas a trabalho, educação, lazer e consumo dentro dos próprios enclaves. O centro, quando utilizado por essas classes, é o centro equipado, igualmente permeado por espaços

privados, onde a segregação se instaura principalmente pelo poder aquisitivo. A degradação dos outros pontos centrais serve agora, em sua grande parte, para a articulação dos comércios informais, e demais socialidades cotidianas, que transcrevem o espaço como uma área principalmente ocupada pela passagem, seja de transeuntes ou do próprio transporte.

Podemos dizer que a Favela do Moimão é uma ocupação habitacional que surge consequente à tendência de esvaziamento e à degradação do centro e, por isso, nos serve aqui como um exemplo muito rico, resultante das transformações centrais na cidade de São Paulo. Ela ocupa a região do bairro Campos Elíseos, que no início do século XX foi considerado o primeiro loteamento voltado para a população mais nobre de São Paulo. Residências dos fazendeiros de café, quando estes estavam na cidade, abrigavam também casas de barões da época. Na metade do século XX,

período áureo da atividade fabril na cidade, a região dos Campos Elísios deu espaço ao maior moinho da capital, chamado Moinho Central, cujo prédio principal era também conhecido como Moinho Matarazzo. No entanto, conforme toda a transformação já citada, ocorrida na segunda metade desse mesmo século, a área perdeu a atratividade para a classe média.

Figura 1. Bairro de Campos Elísios no início do século XX



Fonte: Casas históricas paulistanas.

As instalações que deram origem à favela começaram a cerca de 25 anos, nos anos 1980, ocupando especificamente a área debaixo do viaduto Engenheiro Orlando Murgel. Estando

entre duas linhas de trem da Companhia Paulista de Trens Paulistanos (CPTM), a área da Favela do Moinho pertenceu, a princípio, à Rede Ferroviária Federal S/A. No ano de 1999, devido às dívidas públicas, a área foi leiloadada e arrematada pelo empresário Ademir Donizetti Monteiro em conjunto com a empresa Mottarone Serviços de Supervisão, Montagens e Comércio Ltda. No entanto, não foi feito o registro da área em nome dos novos proprietários, e ela acabou por permanecer sob o domínio da Rede Ferroviária, que anos após, por causa de falência, teve todos os seus bens passados aos cuidados da União.

Formada por famílias que se juntaram por conta de despejos, desocupações, incêndios em outras áreas e outros "acidentes" ou higienizações ocorridas na cidade de São Paulo, a Favela do Moinho aglomerou cidadãos que não foram atendidos pelas políticas habitacionais da cidade, abandonados pelo apoio do poder público.

A gente mesmo começou a limpar o

terreno e a construir. Aqui, antes, era um cemitério clandestino da polícia. Quando eu vim para cá em 95, tudo era um matagal, só tinha o prédio mesmo. Então eles aproveitavam isso para desovar cadáver e colocar a culpa na gente. Em 1999 houve um incêndio, duas crianças morreram queimadas. Em 2000, começamos a expandir de novo, de uma vez. A maioria do pessoal morava na rua mesmo, pelo centro. Embaixo do viaduto era muito pequeno, um barraco em cima do outro. Quando fizemos a expansão, foi até o prédio e além. (Depoimento de Alessandra Moja, 29 anos, moradora a 18 anos na favela e uma de suas lideranças)

Figura 2. Área da Favela do Moimho



Fonte: Revista Fórum

Figura 3. Imagem recente da favela (2012)



Fonte: Blog Dharma.

A disputa sobre a área da favela vem acontecendo desde 2006, quando Gilberto Kassab (PSD) assume a Prefeitura da cidade de São Paulo. Desde então ocorrem tentativas engendradas pela Administração Pública a fim de dificultar a permanência dos moradores no local. O intuito passa a ser a retirada desses moradores para que assim possam reapropriar/"revitalizar" a área, uma vez que essa conta hoje com um alto valor imobiliário. Em 2008, através de um processo de usucapião coletivo, empreendido pela Associação de Moradores da Fa-

vela do Moinho com a ajuda da assessoria jurídica popular do Escritório Modelo da Pontifícia Universidade Católica (PUC), foi concedida a posse provisória aos moradores até o julgamento final sobre propriedade da área.

Junto às tentativas de remoção, incêndios, cujas causas ainda são desconhecidas, atingiram o local por mais de dez vezes, sendo dois deles de grande proporção. Além dos incêndios recorrentes, a favela vem sofrendo ataque através de outros tipos de estratégias. Apesar da reivindicação constante dos moradores, a comunidade é marcada pela omissão do poder público: o esgoto permanece exposto, faltam energia elétrica, água encanada e pavimentação, e os moradores são alvos de violência policial frequentemente. No entanto, dentre essas estratégias, o exemplo principal e mais simbólico para nossa análise é a construção de um muro em meio à área da favela, denominado pelos moradores de Muro da Vergonha. O

muro foi construído em 2012, na gestão de Kassab, como tentativa de impedir a realocação das famílias após um dos grandes incêndios. Ao mesmo tempo, o muro cumpre a tentativa de higienização visual, e esconde atrás do concreto a última favela situada na parte central de São Paulo. Por isso, o muro passa a ser chamado de Muro da Vergonha por seus habitantes, e é em relação a ele que embasaremos a reflexão de nossa análise a partir de então.

Muro da vergonha: segregação e resistência

Tanto os condomínios privados de classe média alta como as barreiras em formações habitacionais como a Favela do Moinho podem configurar o que entendemos como enclaves (Caldeira, 2000:315). O que podemos ver é que enquanto os primeiros são estratégias de privatização e seleção por parte de indivíduos que buscam segurança e exclusividade, as

segundas são táticas de privação e segregação impostas por medidas de policiamento disfarçadas de desenvolvimento urbano. Essas medidas de policiamento, como constatou Foucault (2008: 419-421), surgem como “arte de administrar a vida e o bem-estar das populações”. A busca por segurança, a desigualdade social, a incapacidade de lidar com as diferenças socioeconômicas, a incompetência da gestão de políticas públicas e a inversão de valores entre aquilo que é público e o que é privado dão cores à cena da cidade de São Paulo em dias atuais. A transformação da área urbana e a segregação das classes sociais por estratégias físicas e simbólicas nos possibilitam descrever a cidade como uma cidade de muros, revelando suas mudanças não somente em sua paisagem, mas em seu trajeto, a circulação dos sujeitos e suas socialidades.

Muros, cercas e barras falam sobre gosto, estilo e distinção, mas suas intenções estéticas não podem desviar

nossa atenção de sua mensagem principal de medo, suspeita e segregação. Esses elementos, junto com a valorização do isolamento e do enclausuramento e com as novas práticas de classificação e exclusão, estão criando uma cidade na qual a separação vem para o primeiro plano e a qualidade do espaço e dos encontros sociais que são nele possíveis já mudou consideravelmente (CALDEIRA, 2000:297)

O interessante no caso da Favela do Moinho é que os muros não são construídos conforme a orientação dos enclaves das classes média e alta, os quais visam à proteção, à vivência entre iguais e à privacidade daqueles que estão dentro. O que acontece em relação à Favela do Moinho tem a mesma essência, porém de maneira contrária. Constrói-se um muro de 55 metros de comprimento e 50 centímetros de largura em meio à Favela do Moinho, com o intuito de impedir que os moradores retomassem a área destruída pelo incêndio. Localizados entre o muro e as linhas de uma ferrovia que ainda é utilizada,

os moradores enfrentam dificuldades para acessar saídas na área da favela, uma vez que o único caminho livre passa a ser sob o viaduto Engenheiro Orlando Murgel. Nessas condições, podemos dizer que o muro se constitui como mais uma estratégia de segregação e exclusão, que remaneja indivíduos com o intuito de deixá-los isolados, privando suas mobilidades a fim de criar pretextos para suas retiradas sem que necessariamente sejam garantidas outras soluções viáveis. Não se trata de excluí-los literal e objetivamente do espaço urbano, mas de criar barreiras às suas mobilidades e direitos por meio do policiamento de suas circulações (Foucault, 2008: 437). Assim, se São Paulo tinha como intuito se estabelecer como cidade portadora de um projeto de urbanização moderna, no qual a cidade é entendida como um espaço aberto e acessível a ser usado por todos, exemplos como o da Favela do Moinho e também dos condomínios fechados de classe média alta podem

ilustrar claramente o quanto, na prática, esse projeto apresenta enormes falhas (Caldeira, 2000:312-314). O que passa a existir como resultado de todo o discurso de exaltação à segurança e às técnicas de policiamento urbano a ele relacionado, é a formação irregular e irrestrita de espaços de exceção, que podem tanto priorizar privilégios quanto reforçar desigualdades sociais.

O totalitarismo moderno pode ser definido, [...] como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (Agamben, 2004: 13)

A Favela do Moinho nos permite ver

claramente em quais pontos o projeto de modernização do espaço e da gestão urbana São Paulo falhou. As constantes tentativas de reapropriação do local por parte do poder público não instalam possibilidades de remanejamento que possam trazer benefícios à população que ali vive. Os benefícios buscados, como os próprios moradores relatam em entrevistas a jornais e pesquisadores que se interessam por sua situação, não dizem respeito exclusivamente a questões financeiras. Em sua campanha eleitoral (2012), o atual prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, tomou como prioridade de sua gestão a regularização da área como posse dos moradores e a instalação de serviços públicos de saneamento e energia. Tal preocupação de Haddad foi registrada em um vídeo durante sua campanha, gravado na casa de Zeza, uma moradora da favela. No entanto, as promessas ainda não foram cumpridas.

Em oposição às falhas dos projetos

urbanísticos de São Paulo, existe a intensa relação dos moradores da favela com o território em que habitam. Ao se estabelecerem como comunidade, o que os moradores da favela também procuram manter é a sua identidade em relação ao local. As construções de casas e demais aparelhos públicos que se encontram dentro da favela foram idealizadas e construídas pelos próprios moradores, sem apoio da iniciativa pública. Mediante todas as estratégias colocadas em prática visando à retirada das famílias do local, e também devido ao fato de que as políticas de ocupação do centro investidas pela Prefeitura não contemplam faixas de salário baixas (de 0 a 3 salários mínimos), os moradores deram início à construção de um trabalho comunitário, no qual, a partir dos próprios estudos realizados em conjunto com organizações não governamentais, estão desenvolvendo projetos que visam à urbanização participativa do local. Além da urbanização da área, o projeto também

integra a perspectiva do trabalho ambiental — uma vez que a maioria dos moradores da favela é catador de lixo reciclável — e parcerias culturais. Essa articulação tem como objetivo suplantando a incompetência das políticas públicas municipais, criando mais oportunidades para os moradores, diminuindo a vulnerabilidade dos adolescentes à criminalidade e contribuindo para a reurbanização participativa e consciente do local. Em uma entrevista para o blog Mídia Independente, Caio Castor, uma das lideranças locais, explicita o intuito do plano popular gerido pelos moradores:

esse plano popular passa, basicamente, pela ideia de chamar os moradores para construir juntos os projetos destinados ao local onde vivem. E para também empoderá-los, no sentido de pensar a urbanização da comunidade como um todo. Assim, a ideia é potencializar o que já tem de bom lá. A comunidade do Moinho, por exemplo, foi construída pelos moradores. Portanto, eles têm lá o campinho de futebol, que é o principal espaço público

da favela, as ruas, os espaços comunitários, que foram pensados pelos moradores, não pelo poder público. O plano vai no sentido de trazer mais moradores para participar das decisões e de potencializar o que tem sido feito ali.

Vemos que o que existe entre os moradores da Favela do Moinho é um sentimento de pertencimento em relação ao local, e a favela, em si, pode ser considerada o maior símbolo de resistência na luta por moradia na cidade de São Paulo. Por isso, deixar esse território imbricado por vivências e mobilidades cotidianas é também pormenorizar o posicionamento político diante do descaso da sociedade e do poder público em relação a questões primordiais da sua população.

Figura 4. Reivindicações no 'Muro da Vergonha'



Fonte: Catraca Livre

Figura 5. Muro da Vergonha



Fonte: Sul 21

Outra queixa dos moradores que deve ser levada em consideração quando se trata do condicionamento do espaço urbano, a qual Caldeira (2000:291) se refere em sua obra, é que a tentativa de expulsá-los dessa área para outra região mais afastada

impossibilitaria o acesso aos aparelhos públicos centrais, muito utilizados por eles cotidianamente, uma vez que são esses aparelhos os únicos que garantem o mínimo de cidadania que essas pessoas buscam todos os dias.

O muro construído em meio à favela nos dá possibilidade de visualizar claramente o tom das estratégias de segregação e diferenciação social dentro do espaço urbano. Trata-se de um movimento inverso ao dos condomínios fechados das classes média e alta, pois quem é "preso" entre muros é o outro, aquele que deve ser separado da centralidade pública. Tal fato nos faz perceber o quanto não só as políticas públicas de inclusão não passam por reais problemas urbanos, como também — o que é pior — nos permite prever cada vez mais o desmoronamento das capacidades de sociabilidade humana em uma era em que os avanços do conhecimento científico e tecnológico, bem como o

encurtamento das distâncias, deveriam promover o progresso do interesse e da responsabilidade na vida em sociedade.

Diferentes do muro dos condomínios que enaltecem a importância e os valores da vida privada (Caldeira, 2000:277), tanto o muro quanto as demais estratégias de segregação instituídas à Favela do Moinho afirmaram ainda mais o sentimento de comunidade e a importância da resistência local e da participação política nas decisões que dizem respeito à manutenção da área e a reivindicações por uma maior acessibilidade aos direitos à cidade. Além da Associação de Moradores da Favela do Moinho, criada em 2008 como forma de potencializar a importância das demandas diante do poder público e do interesse dos moradores em implementá-las perante a falta de compromisso por parte da administração pública do governo de Haddad, os moradores vêm realizando diversos atos

e reuniões com a Administração Pública da cidade de São Paulo como forma de pressionar as autoridades a implementarem as melhorias básicas prometidas em época de campanha eleitoral. Um desses atos foi a derrubada de parte do muro pelos próprios moradores, uma vez que essa havia sido mais uma promessa, acordada em reunião entre as lideranças da favela e o próprio prefeito, mas que, no entanto, não foi cumprida. Além dos atos práticos e simbólicos, várias ações são realizadas pelos próprios moradores cotidianamente, a fim de trazerem melhorias para o próprio espaço.

Em linhas gerais, às avessas dos enclaves e condomínios das classes média e alta da cidade de São Paulo, onde os moradores não compartilham de um sentimento comunitário, mesmo morando em uma mesma área regida pelos seus preceitos de “igualdade e segurança”, na Favela do Moinho solidifica-se um sentimento de pertenc-

cimento e de consciência pela importância da participação na vida pública através das sociabilidades que esta propõe. Dessa forma, podemos dizer que os enclaves não só são frutos como podem produzir consciências opostas sobre o espaço público, as quais não se relacionam simplesmente ao compartilhamento do espaço físico, mas principalmente com as vivências a eles atribuídas.

Conclusão: Aonde perdemos a perspectiva pública?

O que buscamos salientar brevemente através do caso que a Favela do Moinho nos traz não é simplesmente o descaso das políticas públicas em relação à comunidade de baixa renda dos grandes centros populacionais. O que quisemos evidenciar principalmente é como as transformações que se dão no espaço da cidade refletem na sociabilidade, e como ambas — as transformações e as sociabilidades — são construídas

por mecanismos e arranjos que se pautam no discurso da segurança, mas que acabam diferenciando e, conseqüentemente, privilegiando a partir de práticas de segregação. Vimos como essas dinâmicas de exclusão têm como fundamento primordial desigualdades econômicas, as quais, imprescindivelmente, deveriam ser pensadas de maneira democrática dentro do plano de estruturação das grandes cidades.

Por meio da transformação de uma área central, que a princípio era destinada à elite, e que em decorrência das transformações econômicas e sociais passa a ser ocupada por moradores pobres, pudemos visualizar que a relação entre a composição pública e a privada da sociedade urbana também se transforma, convertendo valores que até então se inseriam nos ideários modernistas de urbanização, em insígnias, concretas e simbólicas, capazes de restringir, classificar e ordenar a posição dos indivíduos no espaço em que vivem, ferindo não apenas o

plano das sociabilidades como também o próprio ideal democrático (Caldeira, 2000:328).

No entanto, o ponto mais interessante em trazer a Favela do Moinho como exemplo dentro desse trabalho, é que seu caso nos mostra como esse movimento pode apresentar várias nuances a partir de uma mesma configuração de transformação do espaço urbano. No caso da favela, pudemos observar dois movimentos. O primeiro deles, *a construção do muro e das estratégias de reapropriação*, nos revela as tentativas incoerentes do poder público que, incapaz de promover políticas públicas que realmente atendam às demandas dessa população, promove práticas paliativas, violentas e antidemocráticas guiadas por interesses econômicos e imobiliários, os quais são vigentes desde os primórdios da construção urbana de São Paulo.

O segundo movimento é que, sendo a última favela da região central da cidade, a Favela do Moinho

não se constitui apenas como símbolo de resistência pela luta por moradia, mas também como exemplo de *participação popular na construção de um plano urbanístico realmente representativo* daqueles que habitam a cidade, plano este que não se volta apenas para interesses de consumo e especulação. A Favela do Moinho é capaz de representar hoje um caso vivo e pertinente que nos possibilita ver o cidadão integrado à cidade, buscando usufruir de seus benefícios, mas também proposto a transpor suas dificuldades, ambos de maneira coletiva, trazendo para a contexto da sociedade anseios e condutas comunitárias capazes de reavivar a condução político-social desse espaço.

Figura 6. Ação coletiva de derrubada do “Muro da Vergonha”



Fonte: Jornal GGN

Apesar da maior abertura democrática e das melhores perspectivas de acesso de toda população ao espaço público e político, pudemos ver, pela obra de Caldeira (2000:254-255), que resultados antidemocráticos acontecem. Mais oportunidades de moradia própria e a democratização do consumo de massa, por exemplo, não foram fatores que contribuíram diretamente para o real acesso ao direito à cidadania.

No entanto, apesar de gerar uma grande incompatibilidade social entre grupos cujas situações socioeconômicas são diferentes — que pode tomar a forma de segregação

espacial, ou de demais estratégias que o campo diversificado das grandes cidades como São Paulo oferecem —, podemos perceber, através do caso da Favela do Moinho, que os embates resultantes dessa situação contribuem para o sentimento de pertencimento e para o desenvolvimento de práticas e consciências políticas ativas e cientes do espaço que ocupam. A integração existente entre os moradores e a área que ocupam mostra como, a partir dessa segregação social, econômica e espacial, foi possível criar entre eles o sentimento da comunidade, e um movimento em prol do direito à cidade, da preservação das sociabilidades e da importância em manter-se produtivos e responsáveis pela própria revitalização urbana. Esses moradores foram capazes de encontrar nessas estratégias obtusas de segregação do governo e da sociedade, símbolos e dinâmicas que trouxeram oxigênio a reivindicações políticas elementares, procurando converter esses elementos em

verdadeiras oportunidades de progresso não somente em relação às sociabilidades que engendram, mas principalmente nas afirmações políticas que propiciam. Como observa Caldeira (2000: 306)

Na política contemporânea, as promessas liberais não cumpridas de cidadania universal e, simultaneamente, a reafirmação de algumas dessas promessas têm sido articuladas pelos novos movimentos sociais. Eles têm assumido várias formas, seja afirmando o direito de grupos específicos (negros, populações indígenas, gays, e mulheres), seja tentando expandir os direitos de grupos sociais excluídos (como no caso dos movimentos de moradores da periferia de São Paulo reivindicando seus "direitos à cidade"). Em geral, especialmente em sua encarnação liberal, os movimentos sociais articulam o que se pode chamar de um ataque positivo aos ideais liberais modernos: seu objetivo é ainda expandir os direitos, a liberdade, a justiça e a igualdade, e eles buscam modelos que incluam os excluídos e, assim, atinjam esses objetivos de maneira mais efetiva. (Caldeira, 2000:306)

Portanto, o contraponto que torna interessante ressaltarmos e que nos guiou por grande parte desse percurso é que a diminuição do senso democrático e da cultura política aconteceu, em grande medida, em meio às classes mais abastadas, entre seus próprios membros quando em seus enclaves, e também quando estão diante daqueles que, a partir das classificações dessa classe, são considerados diferentes. No entanto, e ao contrário do que se vê nesse primeiro caso, esses mesmos elementos que foram comprometidos mediante os interesses e condutas das classes média e alta, ao pensar sobre si mesmas na cidade, se revigoraram e são de extrema importância para os grupos segregados, em suas práticas e sociabilidades entre eles próprios e também em suas afirmações e reivindicações diante da sociedade e da esfera pública. A importância da busca por acessos e igualdades representativas

na participação política diante da sociedade e do poder público que os restringem, em si, foi o principal componente revitalizado, impulsionando todas as outras demandas. Dessa forma, a Favela do Moinho nos permite dizer que se o espaço público, o

sentimento de pertencimento e os valores comunitários perderam o interesse pelas classes média e alta, eles tomam cada vez mais vigor em meio aos grupos segregados.

Referência bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, Coleção Estado de Sítio, 2004.

_____. Sobre segurança e terror. Disponível em: <<http://imediata.org/?p=70>> Acesso em 8/2/2014.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRÚGOLI Júnior, Heitor. São Paulo: espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Muros, "Campos" e Reservas: os processos de reclusão e "exclusão" territorial. In SILVA, J.; LIMA, L. e DIAS, D.. (Orgs.). Panorama da Geografia Brasileira (v.1). 1a ed. São Paulo: Annablume, 2006, p. 24-48.

SOUZA, Marcelo Lopes. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Alteridade e território. Notas introdutórias sobre estrangeiros em São Paulo. In BERNARDO, Teresinha, CLEMENTE, Claudelir Corrêa (Orgs.), *Díasporas, redes e guetos: conceitos e configurações no contexto transnacional*. São Paulo: Logo: Educ, 2008.